

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
MBA EM AUDITORIA INTEGRAL**

**ANÁLISE DAS MUDANÇAS DA ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DIANTE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE E  
NOVAS EXIGÊNCIAS DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS PARA PEQUENAS E  
MÉDIAS EMPRESAS**

**Autor: Andreia Alessandra da Rosa  
Orientador: MSc Luiz Carlos de Souza**

**CURITIBA  
2013**

**ANDREIA ALESSANDRA DA ROSA**

**ANÁLISE DAS MUDANÇAS DA ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DIANTE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE E  
NOVAS EXIGÊNCIAS DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS PARA PEQUENAS E  
MÉDIAS EMPRESAS**

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista em Auditoria Integral no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

**Prof.**

**Orientador: MSc Luiz Carlos de Souza**

**CURITIBA**

**2013**

## RESUMO

A contabilidade vem passando por várias modificações, devido à inovação no cenário brasileiro e internacional, muitas mudanças ocorreram na legislação e nas práticas contábeis, trazendo assim, uma nova era de oportunidades e desafios a superar, e por isso se faz necessário sensibilizar os profissionais que atuam nesse segmento sobre a necessidade de aprimoramento a fim de se obter informação contábil de qualidade. A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade abre espaço, caminho e desafios, principalmente para as Pequenas e Médias Empresas, pois estas empresas são muito importantes para a economia do país. Para as Pequenas e Médias Empresas, a lei já está vigente desde 2010, e muitas delas ainda não se adequaram aos novos padrões. As Demonstrações Contábeis foram reestruturadas a fim de se obter um melhor entendimento das informações para vários usuários das informações contábeis. O presente estudo teve como finalidade verificar as alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis de uma empresa de pequeno porte situada no planalto norte catarinense, para estar de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Para a realização deste estudo a empresa apresentou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Com base nas demonstrações apresentadas, foi estudado o conceito de Pequena e Média Empresa diante dos novos padrões de contabilidade, foram estudadas as Demonstrações Contábeis diante das Normas Brasileiras de Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, a reclassificação e as principais alterações na estrutura das principais Demonstrações Contábeis. Com a aplicação das informações obtidas nas demonstrações da empresa, obteve-se um melhor entendimento das informações contábeis, pois as demonstrações melhoraram sua estrutura, simplificando, dinamizando e harmonizando as informações.

**Palavras-chave:** Normas Brasileiras de Contabilidade. Pequenas e Médias Empresas. Demonstrações Contábeis.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Básica do Balanço Patrimonial .....	25
Quadro 2 - Estrutura Básica da Demonstração do Resultado .....	25
Quadro 3 - Alterações Nos Grupos do Ativo e Passivo .....	26
Quadro 4 - Estrutura do Balanço Patrimonial/Grupo do Ativo.....	29
Quadro 5 - Estrutura do Balanço Patrimonial/Grupo do Passivo e PL .....	30
Quadro 6 - Estrutura da Demonstração do Resultado/Grupo Receitas .....	31
Quadro 7 - Estrutura da Demonstração do Resultado/Grupo Custos e Despesas .....	32
Quadro 8 - Estrutura do Balanço Patrimonial/ITG 1000/12.....	35
Quadro 9 - Estrutura da Demonstração do Resultado/ITG 1000/12.....	36

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CPC PME: Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

ITG: Interpretação Técnica Geral

NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade

NBC TG: Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Patrimônio Líquido

PME's: Pequenas e Médias Empresas

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>3</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>4</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>5</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 PROBLEMA</b> .....	<b>8</b>
<b>3 OBJETIVO</b> .....	<b>9</b>
3.1 OBJETIVO GERAL.....	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
<b>4 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>10</b>
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>11</b>
5.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA .....	11
5.1.1 Pesquisa bibliográfica .....	11
5.1.2 Pesquisa de estudo de caso.....	11
5.1.3 Pesquisa aplicada .....	11
5.1.4 Pesquisa qualitativa .....	11
5.1.5 Pesquisa descritiva .....	11
5.2 TÉCNICAS DE INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	12
<b>6 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
6.1 CONCEITOS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS .....	13
6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	14
6.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE PARA PME's.....	14
6.4 APRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS ....	21
6.5 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS.....	24
<b>7 DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>28</b>
7.1 APRESENTAÇÕES DAS PRINCIPAIS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	28
7.2 IDENTIFICAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS.....	33
7.3 RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	34
7.4 ANÁLISE DO PONTO DE VISTA EMPRESARIAL .....	37
<b>8 CONCLUSÃO</b> .....	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>39</b>
<b>ANEXO A – Resolução CFC n ° 1.418/12</b> .....	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro internacional passou por profundas modificações e o Brasil está adequando as suas regras contábeis aos padrões internacionais de contabilidade.

As Normas Internacionais de Contabilidade têm o objetivo de converter as Demonstrações Contábeis a fim de obter uma harmonização para um novo padrão que possa ser mundialmente aceito, e que esta harmonização seja útil a um grande número de usuários em suas tomadas de decisões.

São características das Normas Internacionais de Contabilidade, de acordo com Iudicibus *et. al.* (2010 p.70):

- Baseadas em princípios e não regras
- Baseados na prevalência da essência sobre a forma
- Os conceitos de controle, obtenção de benefícios e inoccorrência de riscos são mais importantes do que a propriedade jurídica para o registro de ativos, passivos, receitas e despesas.
- A contabilidade passa a ser de toda a empresa e não só do contador

As Pequenas e Médias Empresas resistem a enfrentar o desafio do novo padrão brasileiro de contabilidade, no entanto essas empresas mais cedo ou mais tarde terão que adaptarem-se as mudanças, uma vez que elas possuem uma grande representatividade no Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, e são muito importantes para a economia do país.

Sendo assim, este trabalho buscou analisar as mudanças na estrutura das Demonstrações Contábeis frente às Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC para Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000/2009 e ITG 1000/2012.

## 2 PROBLEMA

Com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, houve várias mudanças na estrutura e classificação das Demonstrações Contábeis, inclusive para as Pequenas e Médias Empresas. Mesmo com a lei publicada em 2010 pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC muitos escritórios contábeis e empresas ainda continuam utilizando a antiga classificação das contas contábeis, sem verificar as mudanças ocorridas com a lei 11.638/07.

A ausência de controles internos e a falta de organização das empresas em trazer para a contabilidade as informações mais precisas para compor as Demonstrações Contábeis, fizeram com que poucas empresas procedessem aos ajustes necessários para a adequação das NBC.

As empresas que não acatarem o novo modelo podem sofrer penalidades, e serem multadas, no entanto, tudo indica que essas empresas terão um prazo para a correção e ajuste aos novos padrões de contabilidade.

Diante da situação posta, a questão da pesquisa orientativa da presente investigação foi a seguinte, quais as alterações na classificação das contas patrimoniais e de resultado de uma indústria de móveis situado no planalto norte catarinense diante dos padrões internacionais de contabilidade?

### 3 OBJETIVO

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

Verificar as alterações das contas patrimoniais e de resultado que devem ser adotadas por uma indústria de móveis situada no planalto norte catarinense diante dos padrões internacionais de contabilidade.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar as contas patrimoniais que devem ser alteradas para o padrão internacional de contabilidade;
- ✓ Reclassificar conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade que tratam das Pequenas e Médias Empresas;
- ✓ Analisar se houve melhora na compreensão dos dados no ponto de vista empresarial.

#### 4 JUSTIFICATIVA

Visto que a contabilidade está passando por um processo de mudanças, onde se deve adaptar a novos conceitos modificando a maneira de contabilizar, se faz necessário que se esteja apto para aplicar estes novos conceitos, com isto, este presente trabalho teve como objetivo verificar as alterações das contas patrimoniais e de resultado que devem ser adotadas por uma indústria de móveis situada no planalto norte catarinense diante dos padrões internacionais de contabilidade.

A realização deste trabalho foi de grande importância para empresários e contadores saberem aplicar e entender as Normas Brasileiras de Contabilidade que tratam das pequenas e médias empresas, a fim de identificar quais os impactos que tais normas acarretaram na contabilidade da empresa.

Como estudante, este trabalho, me permitiu agregar um vasto conhecimento neste assunto que apesar de estar em vigor há três anos, ainda é desconhecido por muitas empresas, empresários, contadores e profissionais do ramo da contabilidade.

Este trabalho teve uma contribuição social muito importante, pois permitiu aos empresários um melhor entendimento das Demonstrações Contábeis de suas empresas. Para o meio acadêmico poderá ser utilizado como fonte de pesquisa para futuros trabalhos.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

#### 5.1.1 Pesquisa bibliográfica

Foram utilizados livros, revistas, jornais, periódicos, e internet.

#### 5.1.2 Pesquisa de estudo de caso

Quanto aos procedimentos foi realizado um estudo de caso de uma indústria de móveis situado no planalto norte catarinense.

Foi realizada a análise documental, utilizando as Demonstrações Contábeis da indústria de móveis.

#### 5.1.3 Pesquisa aplicada

A pesquisa do ponto de vista de sua natureza teve caráter aplicativo, pois foi aplicada nas Demonstrações Contábeis da empresa.

#### 5.1.4 Pesquisa qualitativa

A pesquisa quanto à abordagem do problema foi qualitativa, pois analisou as informações, bem como, verificou as alterações das contas patrimoniais que devem ser adotadas para estar de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

#### 5.1.5 Pesquisa descritiva

A pesquisa foi realizada de maneira descritiva.

## 5.2 TÉCNICAS DE INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado foram as principais Demonstrações Contábeis do ano de 2012 de uma indústria de móveis situada no planalto norte catarinense.

## 6 REFERENCIAL TEÓRICO

### 6.1 CONCEITOS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As Pequenas e Médias Empresas – PME's são muito importantes na economia do país, elas têm um papel fundamental para alavancar o crescimento do país, pois geram muitos postos de trabalho, e contribuem para o avanço econômico e social.

Para efeito da nova norma contábil, o conceito de PME é bastante amplo e inclui sociedades limitadas e anônimas.

Com base em DELOITTE (2012, p.5) o termo PME foi definido pelo CPC PME como:

As sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações financeiras, são tidas, para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte (sociedades ou conjunto de sociedades sob controle comum que, no exercício social anterior, apresentem ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões). As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins deste Pronunciamento, como PME's.

Em resumo, de acordo com o CPC PME (2009, p. 6), Pequenas e Médias Empresas são empresas que:

- a) Não tem obrigação pública de prestação de contas; e.
  - b) Elaboram demonstrações contábeis para fins gerenciais para usuários externos.
- Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Existe também o termo microempresas, que assim como as pequenas e médias empresas são essenciais para a sociedade, e são diferenciadas de acordo seu volume de negócio.

## 6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

“As demonstrações contábeis (financeiras) consistem num conjunto de demonstrativos, previstos por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social.” (REIS, 2009, p.56).

A preparação das Demonstrações Contábeis deve estar dentro dos padrões internacional de contabilidade, ou seja, devem estar em conformidade com as regras do Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis devem fornecer informações financeiras a todos os usuários de contabilidade, pois o objetivo é “[...] fornecer informações que sejam úteis para a tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, e não apenas atender finalidades ou necessidades específicas de determinado grupos de usuários.” (SOARES, 2011, p. 16).

De acordo com SOARES (2011, p.18), o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- a) o Balanço Patrimonial;
- b) a Demonstração do Resultado;
- c) a Demonstração do fluxo de Caixa;
- d) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) as notas explicativas; e
- f) outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante dessas demonstrações.

As Demonstrações Contábeis devem ser preparadas para fins gerais, ou seja, para atender uma vasta gama de usuários das informações contábeis, dirigidas as necessidades comuns desses usuários, a fim de oferecer informações que sejam úteis para a tomada de decisões.

## 6.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE PARA PME's

As PME's atualmente possuem dois normativos: a NBC TG 1000/2009 aprovada pela Resolução do CFC Nº. 1.255/09 que entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010; e a ITG 1000/2012 aprovado pela

Resolução do CFC Nº. 1.418/12 que entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012.

A NBC TG 1000/2009 incorpora critérios contábeis presentes no CPC PME, já a ITG 1000/2012 simplifica alguns fatos contidos neste CPC.

O CPC tem como objetivo auxiliar os usuários de contabilidade de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade, e também fornecer uma base para o uso de julgamento na solução de problemas de contabilidade.

### **NBC TG 1000/2009**

Como o CFC emite suas normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente as Normas Internacionais de Contabilidade, a NBG TG 1000/2009 abrange o Pronunciamento Técnico PME para as Demonstrações Contábeis para fins gerais de PME's, que foi criado em separado pelo CPC. Este CPC foi homologado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.255/09, o qual entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

No entanto não se pode esperar que as Demonstrações Contábeis formadas de acordo com o CPC PME sejam totalmente compatibilizadas com as exigências legais para fins fiscais ou outros fins, “[...] essas empresas não podem afirmar que estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade [...]” (SOARES, 2011, p.100).

As sociedades sem negociação de suas ações ou outros organismos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condições fiduciárias perante um vasto grupo de terceiros, ou seja, sociedades por ações fechadas são apresentadas como PME's.

De acordo com o CPC PME (2009, p. 239), pequenas e médias empresas são entidades que:

- “(a) não tem responsabilidade de prestação pública de contas; mas
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos (credores, processos licitatórios, agências de avaliação de *rating*, etc.).”

As Demonstrações Contábeis das PME's devem ser elaboradas com responsabilidade, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Segundo o CPC PME (2009, p. 7-8),

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial) o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxo de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Para as Demonstrações Contábeis existem características qualitativas de informação, sendo as principais:

- Compreensibilidade

A informação deve ser compreensível por usuários que possuam um conhecimento razoável, mesmo as informações mais relevantes devem ser compreendidas.

- Relevância

Deve haver relevância na informação fornecida, para as necessidades de decisão dos usuários, permitindo assim avaliar, confirmar ou corrigir acontecimentos passados, presentes e futuros, devido à qualidade de relevância da informação.

- Materialidade

Se a omissão ou erro puder influenciar as decisões econômicas de usuários, essa informação é material, logo tem relevância, e a materialidade depende do tamanho do item ou imprecisão julgada nas condições de sua omissão ou erro.

- Confiabilidade

A informação representa aquilo que tem a pretensão de representar, ou seja, é confiável.

- Primazia da essência sobre a forma

A contabilização e a apresentação de transações e outros eventos e condições devem estar de acordo com sua essência e não simplesmente sob sua forma legal.

- Prudência

Os eventos e circunstâncias devem conter certo grau de atenção, partindo da prudência no exercício dos julgamentos necessários às estimativas exigidas de acordo com as condições de incerteza.

- Integralidade

A informação apresentada deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e custo, devendo haver confiança e integridade.

- Comparabilidade

As Demonstrações Contábeis devem ser passíveis de comparação pelos seus usuários, permitindo que eles possam comparar Demonstrações Contábeis ao longo de diversos períodos e até mesmo de entidades diferentes.

- Tempestividade

Oferecer informação dentro do tempo de execução da decisão, mantendo assim sua relevância.

- Equilíbrio entre custo e benefício

Os benefícios decorridos da informação devem exceder o custo de produzi-la. Os benefícios também podem incluir melhoria na tomada de decisões da administração.

Estas características devem ser observadas com discernimento na elaboração das Demonstrações Contábeis.

### **Balço Patrimonial**

O Balço Patrimonial está definido entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, que em um determinado período demonstra a posição patrimonial e financeira da entidade.

Com base no CPC PME (2009, p. 10-11),

*Ativo* é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

*Passivo* é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos.

*Patrimônio líquido* é o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

### **Desempenho / Resultado**

O desempenho deve ser apresentado através de duas demonstrações, a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Resultado Abrangente, sendo que estas demonstrações são frequentemente usadas como medidas de desempenho ou como base para outras avaliações.

Receitas e Despesas são definidas de acordo com CPC PME (2009, p. 12),

*Receitas* são aumentos de benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada ou aumento de ativos ou diminuições de passivos, que resultam em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aportes dos proprietários da entidade.

*Despesas* são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimos no patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

Existem alguns critérios para o reconhecimento de Ativo, Passivo, Receita e Despesa, que são: a probabilidade de benefícios econômicos futuros e a confiabilidade da mensuração.

A mensuração por sua vez possui duas bases comuns, que são o custo histórico e valor justo. Seu reconhecimento deve ser através do regime de competência.

O reconhecimento das Demonstrações Contábeis:

- Em relação ao Ativo deve ocorrer quando seu custo ou valor puder ser apurado em bases confiáveis e quando for plausível que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;

- Em relação o Passivo deve ser reconhecido quando a entidade possui uma obrigação no final do período contábil corrente como resultado de evento passado, quando seja plausível que a entidade transfira recursos que representem benefícios econômicos para cobrir essas obrigações e quando o valor de liquidação possa ser mensurado com credibilidade;

- A Receita e Despesa seu reconhecimento resulta diretamente do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos.

- O Resultado e o Resultado Abrangente não tem a necessidade de um princípio específico para o seu reconhecimento, pois não são elementos separados das Demonstrações Contábeis.

A apresentação das Demonstrações Contábeis adequadas ao CPC PME devem representar apropriadamente: a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade.

Alguns itens devem ser observados para a correta apresentação das Demonstrações Contábeis, como:

- Continuidade

Deverá ser feita uma avaliação da capacidade da entidade permanecer em operação em um futuro previsível.

- Frequência de divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações deverão ser apresentadas pelo menos anualmente.

- Uniformidade de apresentação

A uniformidade na apresentação e classificação dos itens nas Demonstrações Contábeis de um período para outro deverá ser mantido.

- Informação comparativa

A entidade deverá divulgar informações comparativas em relação ao período anterior para todos os valores do período corrente e as informações que forem relevantes devem ser apresentadas de forma comparativa, descritiva e detalhadas.

- Materialidade a agregação

Deverá ser apresentada cada classe material de itens semelhantes

- Identificação das Demonstrações Contábeis

Cada Demonstração Contábil e Notas Explicativas deverão ser identificadas claramente, bem como deverão ser distinguidas de outras informações eventualmente apresentadas no mesmo documento.

Vale ressaltar que as Demonstrações Contábeis devem estar em conformidade com o CPC PME, e devem representar apropriadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa das entidades.

O CPC PME (2009, p. 22-23), estabelece que o conjunto completo de Demonstrações Contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração [...];
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

O conjunto completo das demonstrações é muito importante para a empresa, pois são fontes essenciais de informação.

## **ITG 1000/2012**

A ITG 1000 aponta uma proposta do CFC para normatizar a contabilidade das Pequenas e Médias Empresas que possuem faturamento anual de até R\$ 3.600.000, em conformidade com a NBC TG 1000, que não estejam obrigadas a sua adoção e que optarem pela adoção de um modelo contábil simplificado.

Essas novas regras propostas correspondem à simplificação contábil para as microempresas e pequenas empresas. O CPC para Pequenas e Médias Empresas trata igualmente as empresas que possuem faturamento inferior a R\$ 300 milhões e ativos de até R\$ 240 milhões, ou seja, o referido CPC efetua uma série de solicitações de difícil atendimento para as microempresas e as efetivamente, Pequenas Empresas.

Com a ITG 1000, alguns fatos mudaram, outros permaneceram. Princípios contábeis, prudência, conservadorismo e custo, continuaram. Uma novidade contida na ITG 1000 é o Plano de Contas Simplificado para essas empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano, a sugestão é a de utilizar esse Plano de Contas Simplificado, mas que não pode ser classificado de padrão porque ele pode receber acréscimos que atendam ao perfil de cada empresa.

Ainda, com essas novas normas, o Balanço atenderá aos preceitos do CPC, classificando Ativos e Passivos em Circulante e Não Circulante, este último em substituição ao Ativo Permanente e ao Passivo de Longo Prazo. A Demonstração do Resultado do Exercício – DRE não sofreu grandes mudanças. Também possui a obrigatoriedade das Notas Explicativas, raramente utilizadas nas empresas que não publicam Demonstrações Contábeis, pois as Notas são muito importantes na medida em que esclarecem o que os saldos contábeis, por si só, não tem condições de fazê-lo.

Basicamente, a ITG 1000 sugere um Plano de Contas mínimo, incorpora critérios contábeis presentes no CPC para PME, mas que estão ao alcance de implementação das micro e pequenas empresas. No entanto não desobriga a microempresa e pequena empresa a manutenção de sua escrituração em atos que provocam ou possam a vir provocar alterações de seu patrimônio.

As empresas que adorem a ITG 1000 devem estar atentas às exigências de outras legislações pertinentes ao que se diz respeito à microempresa e pequena

empresa, além de procederem com responsabilidade os itens contidos nesta interpretação. Devem ser observados os itens:

- Escrituração
- Critérios e procedimentos contábeis
- Demonstrações Contábeis
- Plano de Contas Simplificado

A ITG 1000/2012 encontra-se em sua íntegra conforme Resolução CFC nº 1.418/12 no ANEXO A.

#### 6.4 APRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Com a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, algumas contas patrimoniais foram reclassificadas, gerando assim, uma estrutura patrimonial, mais dinâmica e ajustada aos padrões internacionais.

As contas patrimoniais foram reclassificadas e como descreve o CPC PME (2009, p. 24-25), no Balanço Patrimonial deve incluir no mínimo, as seguintes contas que apresentam valores:

- (a) caixa e equivalentes de caixa;
- (b) contas a receber e outros recebíveis;
- (c) ativos financeiros (exceto os mencionados nos itens (a), (b), (j) e (k));
- (d) Estoques;
- (e) ativo imobilizado;
- (f) propriedade para investimento, mensurada pelo valor justo por meio do resultado;
- (g) ativos intangíveis;
- (h) ativos biológicos, mensurados pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por desvalorização;
- (i) ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- (j) investimentos em coligadas. No caso do balanço individual ou separado, também os investimentos em controladas;
- (k) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto;
- (l) fornecedores e outras contas a pagar;
- (m) passivos financeiros (exceto os mencionados nos itens (l) e (p));
- (n) passivos e ativos relativos a tributos correntes;
- (o) tributos diferidos ativos e passivos (devem sempre ser classificados como não circulantes);
- (p) Provisões;
- (q) participação de não controladores, apresentada no grupo do patrimônio líquido mas separadamente do patrimônio líquido atribuído aos proprietários da entidade controladora;
- (r) patrimônio líquido pertencente aos proprietários da entidade controladora.

A Demonstração do Resultado do Exercício deve apresentar, no mínimo, e obedecendo a legislação vigente, as contas que apresentem valores, com o lucro líquido ou prejuízo como ultima linha, como pronuncia o CPC PME (2009, p. 30):

- (a) receitas;
- (b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- (c) lucro bruto;
- (d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- (e) parcela do resultado de investimento em coligadas (ver Seção 14 Investimento em Controlada e em Coligada) e empreendimentos controlados em conjunto (ver Seção 15 Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*)), contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.
- (f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- (g) despesas e receitas financeiras;
- (h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- (i) despesa com tributos sobre o lucro excluindo o tributo alocado nos itens deste item e (a) e (b) do item 5.7A (ver item 29.27);
- (j) resultado líquido das operações continuadas;
- (k) valor líquido dos seguintes itens:
  - (i) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
  - (ii) resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada;
- (l) resultado líquido do período;

O CPC PME (2009, p.30) dispõe que a Demonstração do Resultado Abrangente deve começar com o resultado do período como primeira linha, transposto da Demonstração do Resultado e evidenciar:

- (a) cada item de outros resultados abrangentes (ver item 5.4(b) classificado por natureza;
- (b) parcela dos outros resultados abrangentes de coligadas, controladas e controladas em conjunto, contabilizada pelo método de equivalência patrimonial;
- (c) resultado abrangente total.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deve exibir o resultado da entidade para um período contábil, devendo conter de acordo com o CPC PME (2009, p.32):

- (a) o resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

(c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:

(i) do resultado do período;

(ii) de cada item dos outros resultados abrangentes;

(iii) dos valores de investimentos realizados pelos proprietários, e dividendos e outras distribuições para eles, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas, de transações com ações ou quotas em tesouraria, de dividendos e outras distribuições aos proprietários, e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados exibe o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação, e deve apresentar de acordo com o CPC PME (2009, p. 33), os seguintes itens:

(a) lucros ou prejuízos acumulados no início do período contábil;

(b) dividendos ou outras formas de lucro declarados e pagos ou a pagar durante o período;

(c) ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de correção de erros

de períodos anteriores;

(d) ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de mudanças de práticas contábeis;

(e) lucros ou prejuízos acumulados no fim do período contábil.

As alterações no caixa e equivalentes de caixa são representadas pela Demonstração do Fluxo de Caixa, que deve classificar em: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamentos.

Vale ressaltar que “[...] equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.” (CPC PME, 2009, p. 33).

As atividades operacionais no Fluxo de Caixa são as principais atividades geradoras de receita, ou seja, se referem ao montante dos recursos que a empresa gerou através de sua atividade-fim.

Atividades de investimento no Fluxo de Caixa é a obtenção ou alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não contidos em equivalentes de caixa. Representa a extensão em que dispêndios foram feitos com recursos destinados a gerar futura receita.

As atividades de financiamento no Fluxo de Caixa são as atividades que resultam das alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos

empréstimos da entidade. Refere-se também às transações onde a empresa toma recursos emprestados, geralmente quando há uma escassez de caixa.

A Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada utilizando dois métodos, o Método Direto e o Método Indireto.

No Método Direto as atividades operacionais são elaboradas utilizando os reais recebimentos de clientes, pagamentos de fornecedores e pagamentos de despesas, este método explica as entradas e saídas brutas de dinheiro.

O Método Indireto ajusta-se o lucro líquido e considera as variações das contas patrimoniais relacionadas com a Demonstração do Resultado.

Para todas as Demonstrações Contábeis, se necessário deve apresentar Notas Explicativas, as mesmas devem conter informações adicionais de uma maneira narrativa, com detalhes de itens apresentados nas Demonstrações Contábeis.

Elas complementam informações contidas nas Demonstrações Contábeis a fim de se ter um melhor e mais claro entendimento da situação patrimonial e dos resultados da entidade.

## 6.5 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Segundo Silva (1999, p. 183)

[...] a reclassificação ou padronização das demonstrações financeiras tem como objetivo trazê-las a um padrão de procedimento e de ordenamento na distribuição das contas, visando diminuir as diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação de tais demonstrações financeiras. O outro objetivo é fazer com que as demonstrações atendam a necessidade de análise e sejam apresentadas de forma simples de visualizar e fácil de entender, isto é, de correlacionar os diversos itens, seguindo critérios próprios adotados internamente na empresa que esteja procedendo à análise.

Entende-se por contas patrimoniais os bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido, que são representadas no Balanço Patrimonial. E as contas de resultado, as despesas e receitas que são representadas na Demonstração do Resultado.

As alterações trazidas na classificação das contas patrimoniais e de resultado das PME's procuram alcançar uma simplificação nas Demonstrações

Contábeis, a fim de padronizá-las, para melhor compreensão e para diminuir diferenças com critérios utilizados por outras empresas.

O quadro 1 representa a estrutura básica do Balanço Patrimonial.

**Quadro 1 - Estrutura Básica do Balanço Patrimonial**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: elaborado pela autora

O quadro 2 representa a estrutura básica da Demonstração do Resultado.

**Quadro 2 - Estrutura Básica da Demonstração do Resultado**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>
RECEITAS
DESPESAS
RESULTADO

Fonte: elaborado pela autora

Mesmo que simplificada, as Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas considerando-se as especificidades e natureza das operações realizadas, bem como deve considerar as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.

O Quadro 3 demonstra as alterações ocorridas nos grupos de contas do Ativo e Passivo, desde a edição da Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, a qual as PME's tinham por base:

**Quadro 3 - Alterações Nos Grupos do Ativo e Passivo**

<b>Ativo</b>		
<b>Lei nº 6.404/1976</b>	<b>Lei nº 11.638/2007</b>	<b>Medida Provisória nº 449/2008</b>
Ativo Circulante	Ativo Circulante	Ativo Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Ativo Realizável a Longo Prazo	Ativo Não Circulante
Ativo Permanente	Ativo Permanente	- Realizável a Longo Prazo
Investimento	Investimento	- Imobilizado
Imobilizado	Imobilizado	- Intangível
Diferido	Investimento	- Investimento
	Intangível	
<b>Passivo</b>		
<b>Lei nº 6.404/1976</b>	<b>Lei nº 11.638/2007</b>	<b>Medida Provisória nº 449/2008</b>
Passivo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Circulante
Exigível a Longo Prazo	Exigível a Longo Prazo	Passivo Não Circulante
Resultados de Exercícios Futuros	Resultados de Exercícios Futuros	Patrimônio Líquido
Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	- Capital Social
- Capital Social	- Capital Social	- Reservas de Capital
- Reservas de Capital	- Reservas de Capital	- Ajustes da Avaliação Patrimonial
- Reservas de Reavaliação	- Ajustes da Avaliação Patrimonial	- Reservas de Lucros
- Reservas de Lucros	- Reservas de Lucros	- Ações em Tesouraria
- Lucros ou Prejuízos Acumulados	- Ações em Tesouraria	- Prejuízos Acumulados
	- Prejuízos Acumulados	

Fonte: SOARES, David José (2011, p.33-34)

As principais alterações são as da estrutura do Balanço Patrimonial, que modificou a nomenclatura dos grandes grupos, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, onde o Ativo foi reclassificado em Circulante e Não Circulante, o mesmo aconteceu no Passivo.

Vale ressaltar que: CPC PME (2009, p. 26)

- (a) as contas do balanço patrimonial devem ser segregadas quando o tamanho, a natureza ou a função de item ou agregação de itens similares, for tal que, sua apresentação separada seja relevante na compreensão da posição patrimonial e financeira da entidade; e
- (b) a nomenclatura de contas utilizada e sua ordem de apresentação ou agregação de itens semelhantes podem ser modificadas de acordo com a natureza da entidade e de suas transações, no sentido de prover informação que seja relevante na compreensão da posição financeira e patrimonial da entidade.

A reclassificação da Demonstração do Resultado do Exercício tem por finalidade definir os diferentes níveis de lucros gerados pela empresa. Uma das modificações estão relacionadas principalmente à eliminação da segregação das Receitas e Despesas como não operacionais.

A DRE é iniciada com o valor total da receita apurada em suas operações de vendas, da qual é subtraído o custo total correspondente a essas vendas, apurando-se assim lucro bruto. Em seguida são apresentadas as despesas operacionais: Despesas Administrativas; Despesa com Vendas e Outras Despesas Gerais, subtraindo essas despesas do lucro bruto teremos assim o lucro operacional. Após o lucro operacional, apresentam-se o Resultado Financeiro, subtrai o Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar e, obtendo, assim, o lucro (ou prejuízo) líquido do exercício, que é o valor final da demonstração.

## 7 DESENVOLVIMENTO

### 7.1 APRESENTAÇÕES DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O planalto norte catarinense possui o mais expressivo pólo florestal da América Latina, abrangendo indústrias madeireiras, moveleiras, de papel e papelão.

As regiões de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre formam o principal pólo moveleiro do estado de Santa Catarina, apesar do foco no mercado nacional o estado é o terceiro maior exportador de móveis do país, sendo a maioria Pequenas e Médias Empresas. Com isso vale ressaltar a importância da contabilidade para essas empresas, com base nas práticas contábeis adotadas pelo Brasil.

Os empresários precisam ter a contabilidade como uma aliada, e não apenas como geradora de impostos e relatórios como infelizmente muitos empresários julgam. Eles devem conhecer as informações geradas pela contabilidade, como as Demonstrações Contábeis, e devem se conscientizar que estas demonstrações são instrumentos de extrema importância para a empresa, não somente na tomada de decisão como também para que o empresário acompanhe o desempenho de sua empresa.

Assim sendo salienta-se que a empresa possua controles internos para facilitar que sua contabilidade gere informações confiáveis e que estas informações possam ser utilizadas na tomada de decisões por seus administradores.

É importante ressaltar que as Demonstrações Contábeis apresentadas pela empresa em estudo foram elaboradas por terceiros, ou seja, em um escritório de contabilidade.

A Indústria de Móveis situada no planalto norte catarinense em estudo, apresentou a estruturadas seguintes Demonstrações Contábeis:

- Estrutura do Balanço Patrimonial 2012;

- Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício 2012.

Vale ressaltar que as Demonstrações Contábeis devem ser preparadas para fins gerais, ou seja, para atender um grande número de usuários das informações contábeis, dirigidas as necessidades comuns desses usuários, a fim de oferecer informações que sejam úteis para a tomada de decisões.

O Balanço Patrimonial é considerado a principal demonstração contábil, pois seu objetivo é refletir a posição financeira da empresa em determinado momento, além de ser uma ferramenta muito importante e indispensável para todas as empresas e usuários da contabilidade em geral.

A estrutura do Balanço Patrimonial foi apresentada o grupo do Ativo, do Passivo e Patrimônio Líquido, citado pela empresa como Passivo a Descoberto, sendo que no presente estudo foram demonstradas por grupos para um melhor entendimento.

O quadro 4 demonstra a estrutura do Balanço Patrimonial grupo do Ativo apresentado pela Indústria de Móveis:

**Quadro 4 - Estrutura do Balanço Patrimonial/Grupo do Ativo**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>ATIVO</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
DISPONIBILIDADES	
CAIXA GERAL	
Caixa	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
Bancos Conta Movimento	
Banco Itaú AS	
Caixa Econômica Federal	
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	
IMOBILIZADO	
BENS EM OPERAÇÃO	
Edificações	
Máquinas e Equipamentos	
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
Edificações	
Máquinas e Equipamentos	

Fonte: Empresa

O quadro 5 demonstra a estrutura do Balanço Patrimonial grupo do Passivo e Patrimônio Líquido - PL apresentado pela Indústria de Móveis:

**Quadro 5 - Estrutura do Balanço Patrimonial/Grupo do Passivo e PL**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>PASSIVO</b>	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
	OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
	Caixa Econômica Federal - Giro
	FORNECEDORES
	FORNECEDORES MERCADO INTERNO
	SALÁRIOS E ORDENADOS
	SALÁRIOS A PAGAR
	PRÓ-LABORE
	ENCARGOS SOCIAIS
	FGTS
	INSS
	ENCARGOS TRIBUTÁRIOS
	DAS - Simples Nacional
	IRRF S/Trabalho Assalariado
	OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS
	Contribuição Sindical
	OUTRAS OBRIGAÇÕES
	Outras Contas a Pagar
	OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS
	PROVISÕES SOCIAIS
	Provisão Férias + 1/3
	Provisão FGTS s/Férias
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	
	PARCELAMENTO DE IMPOSTOS
	Super Simples - Darf 0285 Rec. Federal
	Super Simples - Darf 0400 PGFN
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>	
<b>CAPITAL SOCIAL E RESERVAS</b>	
	CAPITAL SOCIAL
	Capital Social
	RESERVAS DE LUCROS
	Reserva para Aumento de Capital
	RESERVA DE LUCRO
	Reserva de Lucros
	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS
	(-) Prejuízos Acum Exer Corr
	(-) Prejuízos Acumulados

Fonte: Empresa

Nota-se que a empresa vem tentando se adequar as novas práticas contábeis, no entanto alguns grupos, subgrupos e contas patrimoniais não estão adequados aos novos padrões de contabilidade.

A organização dos grandes grupos, bem como a reclassificação das contas patrimoniais são muito importantes para se obter um adequado entendimento das informações contábeis, em uma linguagem mais simples e dinâmica.

Assim sendo, saliente-se que com a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, algumas contas patrimoniais foram reclassificadas, com o propósito de gerar, uma estrutura patrimonial, mais dinâmica e ajustada aos padrões internacionais.

Tão importante quanto o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo evidenciar a formação do resultado líquido em um determinado período, confrontando receitas, custos e despesas.

Na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício foi apresentado o grupo de Receitas, e o grupo de Despesas e Resultado, sendo que no presente estudo foram demonstradas por grupos para um melhor entendimento.

O quadro 6 demonstra a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício grupo de Receitas apresentado pela Indústria de Móveis:

**Quadro 6 - Estrutura da Demonstração do Resultado/Grupo Receitas**

<p style="text-align: center;"><b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b></p> <p><b>RECEITAS</b></p> <p><b>RECEITAS OPERACIONAIS</b></p> <p>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</p> <p>RECEITA BRUTA DE VENDAS</p> <p>Vendas a Vista</p> <p>(-) DEDUÇÕES RECEITA BRUTA</p> <p>DAS - Simples Nacional</p> <p>ISS</p> <p>RESULTADOS FINANCEIROS</p> <p>RECEITAS FINANCEIRAS</p> <p>Descontos Recebidos</p>
---

Fonte: Empresa

O quadro 7 demonstra a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício grupo dos Custos e Despesas apresentado pela Indústria de Móveis:

**Quadro 7 - Estrutura da Demonstração do Resultado/Grupo Custos e Despesas**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>
<b>DESPESAS</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>
CUSTOS OPERACIONAIS
CUSTO DOS PROD/MERC VENDIDAS
Custos dos Produtos/Mercadorias
GASTOS GERAIS
Telefone
DESPESAS ADMINISTRATIVAS
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS
Aviso Prévio
FGTS
FGTS S/Provisão de Férias, 13o. Salário
Honorários da Diretoria/Sócios
Provisão de Férias, 13o. Salário
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS
GASTOS GERAIS
Assistência Médica
Cont. Associações de Classe
Depreciações
Despesas com Cartório
Despesas com Internet
Energia Elétrica
Frete e Carretos
Impostos e Taxas
Material de Expediente
Material de Uso e Consumo
Seguros
Serviços Prestados Por PJ
Telefone
RESULTADOS FINANCEIROS
DESPESAS FINANCEIRAS
Despesas Bancárias
IOF - Imposto s/Oper. Financeiras
Juros Pagos
<b>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
DESPESAS DEDUTÍVES DI IR
Multas Diversas Pagas
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO
Resultado Líquido do Exercício

Fonte: Empresa

## 7.2 IDENTIFICAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

Com base na estrutura apresentada pela Indústria de Móveis, as contas patrimoniais alteradas para estar em conformidade ao padrão internacional de contabilidade foram:

### **- Estrutura do Balanço Patrimonial:**

Grupo do Ativo: Ativos são aplicações de recursos em bens, direitos da empresa que podem ser medidos monetariamente, trazendo benefícios presentes e futuros, desta forma as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez nos elementos nela registrados e subdividindo-se em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

No grupo do Ativo Circulante, foram eliminados os subgrupos: Caixa Geral e Bancos Conta Movimento, onde Caixa e Banco ficam juntos no grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na estrutura apresentada, o grupo Ativo Permanente passou a não existir, e o Imobilizado se encontra agora no novo grupo Ativo Não Circulante, o Imobilizado são os bens corpóreos que são utilizados para o funcionamento da atividade da empresa.

No grupo do Passivo: São representadas no Passivo as obrigações da empresa subdividindo-se em Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

O subgrupo Obrigações Operacionais foi eliminado, pois não há necessidade de mantê-lo.

Os Encargos Tributários virão logo após Fornecedores, recebendo uma nova nomenclatura, Obrigações Tributárias, e logo após virão os Salários e Encargos Sociais, que na estrutura apresentada pela empresa será a soma dos subgrupos Salários e Ordenados com Encargos Sociais, e por fim Outros Passivos Circulantes, sendo de acordo com a estrutura apresentada as Obrigações com Empregados, Outras Obrigações e Obrigações Provisionadas.

No grupo Passivo Não Circulante, foi eliminado o subgrupo Passivo Exigível a Longo Prazo, pois não há necessidade de mantê-lo. O subgrupo Parcelamento de Impostos foi reclassificado como Obrigações Tributárias.

Grupo do Patrimônio Líquido: É o ultimo grupo que compõe o Balanço Patrimonial e é formado pelos subgrupos: Capital Social, Reservas de Capital,

Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

O subgrupo Capital Social e Reservas foram eliminados do grupo Patrimônio Líquido, pois não há necessidade de mantê-lo. Nota-se que na estrutura apresentada, existem dois subgrupos chamados de: Reserva de Lucros e Reserva de Lucro, percebemos com isso a falta de atenção ou despreparo do responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis da empresa.

**- Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício:**

Essa demonstração se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto entre receitas e despesas.

Na estrutura da DRE apresentada pela empresa, poucas alterações foram feitas, apenas algumas reclassificações e ordenações de algumas contas.

O subgrupo Receitas Operacionais foi eliminado do grupo Receitas, pois não há necessidade de mantê-lo, e os demais subgrupos foram organizados para se obter uma forma mais simples e dinâmica, melhorando assim a compreensão das informações.

Vale ressaltar que as contas apresentadas nas Demonstrações Contábeis deverão estar não apenas em conformidades com o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, como também em conformidade com a realidade da empresa, ou seja, apresentando apenas as contas que compõe a movimentação da empresa, sem a necessidade de apresentar todas as contas da Estrutura Conceitual.

### 7.3 RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A reclassificação consiste em se obter Demonstrações Contábeis mais dinâmicas e que possam ser entendidas por qualquer usuário das informações contábeis, desta forma a estrutura do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício foram reclassificados para estar em conformidade aos padrões brasileiros de contabilidade.

As Demonstrações Contábeis apresentadas pela empresa foram reclassificadas de acordo com a ITG 1000/2012, pois conforme os administradores da empresa em estudo, a mesma se enquadra como pequena empresa, com faturamento anual abaixo de R\$ 3.600.000.

Entende-se que com a aplicação da ITG 1000/2012, as informações são apresentadas de forma mais simplificada, no entanto, mantendo a qualidade da informação, proporcionando aos usuários dessas informações facilidade de compreensão, sendo este o principal objetivo das Demonstrações Contábeis.

Estrutura do Balanço Patrimonial da empresa estudada, reclassificado de acordo com a ITG 100/2012, está demonstrada no quadro 8:

**Quadro 8 – Estrutura do Balanço Patrimonial/ITG 1000/12**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<p><b>CIRCULANTE</b> Caixa e Equivalentes de Caixa</p> <p><b>NÃO CIRCULANTE</b> Imobilizado (-) Depreciação e Amortização Acumulados</p>	<p><b>CIRCULANTE</b> Fornecedores Obrigações Fiscais Obrigações Trabalhistas e Sociais Contas a Pagar</p> <p>Provisões</p> <p><b>NÃO CIRCULANTE</b> Parcelamento de Impostos</p> <p><b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b> Capital Social Reservas de Capital Reservas de Lucros (-) Prejuízos Acumulados</p>
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>

Fonte: elaborado pela autora

Mesmo simplificado, o Balanço Patrimonial reclassificado não perdeu sua essência, mostrando as informações de forma simples e objetiva.

Estrutura da Demonstração do Resultado da empresa estudada, reclassificado de acordo com a ITG 100/2012, está demonstrado no quadro 9:

**Quadro 9** - Estrutura da Demonstração do Resultado/ITG 1000/12

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**VENDAS DE PRODUTOS**

Vendas de Produtos

(-) Deduções de Tributos, Abatimentos de Devoluções

**= RECEITA**

**(-) CUSTO DAS VENDAS**

Custo dos Produtos

**= LUCRO BRUTO**

**(-) DESPESAS OPERACIONAIS**

Despesas Administrativas

Despesas com Vendas

Outras Despesas Gerais

**= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO**

**(+/-) RESULTADO FINANCEIRO**

Receitas Financeiras

(-) Despesas Financeiras

**(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO**

Fonte: elaborado pela autora

Na reclassificação foram apenas apresentados os grupos, sem discriminar o que compõe cada um desses grupos, pois desta forma, já se consegue obter um entendimento das informações das demonstrações apresentadas pela empresa.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício conforme a ITG 1000/2012 mostram-se muito mais simples e dinâmicos, de fácil compreensão por todos os usuários destas informações e estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### 7.4 ANALISE DO PONTO DE VISTA EMPRESARIAL

No ponto de vista empresarial, os sócios da empresa afirmaram melhora na compreensão das informações, pois a nova estrutura apresentada está mais simplificada e mais objetiva, com as informações agrupadas a visualização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício consegue-se compreender e analisar os dados apresentados.

Possibilitou aos administradores conhecer melhor a sua empresa, e usar as Demonstrações Contábeis como ferramenta na tomada de decisão.

## 8 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo consistiu em verificar as alterações das contas patrimoniais e de resultado de uma empresa de pequeno porte para estar de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

Os impactos decorrentes das mudanças ocorridos na estrutura das Demonstrações Contábeis em razão dos padrões internacionais de contabilidade estão sendo de muita importância, trazendo mais harmonização e entendimento entre diversos usuários das informações contábeis.

A convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade traz muitos benefícios, não apenas para a economia do país, como também para a empresa, pois com adoção de melhores práticas contábeis, com maior nível de transparência, terão condições de melhor avaliar seu próprio negócio e tomar decisões mais fundamentadas.

A reclassificação das Demonstrações Contábeis apresentadas foi baseada na ITG 1000/2012, que traz uma interpretação mais simplificada para as microempresas e empresas de pequeno porte, como é o caso da empresa estudada que tem seu faturamento anual abaixo de R\$ 3.600.000, conforme mencionado pelos sócios.

De acordo com a ITG 1000/2012 a empresa deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, e as Notas Explicativas, no entanto o CFC estimula a elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo também, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

No decorrer do estudo foi possível verificar as principais alterações na estrutura de duas Demonstrações Contábeis, consideradas como principais, que são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, que trouxe a oportunidade de me atualizar no mercado de trabalho, bem como demonstrar para os sócios, a importância da contabilidade para a empresa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) 2011**. Disponível em <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf)> Acesso em 30/04/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas 2009**. Disponível em <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_PMEeGlossario\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf)> Acesso em 30/04/2013.

DELOITTE. **IFRS para PME's ao seu alcance 2012**. Disponível em <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRS%20para%20PMEs%20ao%20seu%20alcance%202012.pdf> Acesso em 04/05/2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis – Estrutura e Análise**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, J.P. da. **Análise Financeira das Empresas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, David José. **Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 1 ed. São Paulo: IOB, 2011.

**ANEXOS****ANEXO A – Resolução CFC n.º 1.418/12****RESOLUÇÃO CFC N.º 1.418/12**

*Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.*

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012.

Brasília, 5 de dezembro de 2012.

Contador **Juarez Domingues Carneiro**  
**Presidente**

**NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**  
**ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE**  
**PEQUENO PORTE**

Índice	Item
<b>ALCANCE</b>	<b>1 – 6</b>
<b>DEFINIÇÕES</b>	<b>7</b>
<b>ESCRITURAÇÃO</b>	<b>8 – 14</b>
<b>CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS</b>	<b>15 – 25</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>26 – 39</b>
<b>PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO</b>	<b>40 – 42</b>
<b>ANEXO 1 – Carta de Responsabilidade da Administração</b>	
<b>ANEXO 2 – Balanço Patrimonial</b>	
<b>ANEXO 3 – Demonstração do Resultado do Período</b>	
<b>ANEXO 4 – Plano de Contas Simplificado</b>	

### **Alcance**

1. Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que optarem pela adoção desta Interpretação, conforme estabelecido no item 2.
2. Esta Interpretação é aplicável somente às entidades definidas como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte”, conforme definido no item 3.
3. Para fins desta Interpretação, entende-se como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte” a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.
4. A adoção dessa Interpretação não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manutenção de escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram, ou possam vir a provocar, alteração do seu patrimônio.

5. A microempresa e a empresa de pequeno porte que optarem pela adoção desta Interpretação devem avaliar as exigências requeridas de outras legislações que lhe sejam aplicáveis.
6. A microempresa e a empresa de pequeno porte que não optaram pela adoção desta Interpretação devem continuar a adotar a NBC TG 1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais completas, quando aplicável.

## **Definições**

7. As definições de termos utilizados nesta Interpretação constam no Glossário de Termos, incluído na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.285/10.

## **Escrituração**

8. A escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade, aprovados pela Resolução CFC n.º 750/93, e em conformidade com as disposições contidas nesta Interpretação.
9. As receitas, as despesas e os custos do período da entidade devem ser escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência.
10. Os lançamentos contábeis no Livro Diário devem ser feitos diariamente. É permitido, contudo, que os lançamentos sejam feitos ao final de cada mês, desde que tenham como suporte os livros ou outros registros auxiliares escriturados em conformidade com a ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.330/11.
11. Para transações ou eventos materiais que não estejam cobertos por esta Interpretação, a entidade deve utilizar como referência os requisitos apropriados estabelecidos na ITG 2000 – Escrituração Contábil e na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
12. Para salvaguardar a sua responsabilidade, o profissional da Contabilidade deve obter Carta de Responsabilidade da administração da entidade para a qual presta serviços, podendo, para tanto, seguir o modelo sugerido no Anexo 1 desta Interpretação.

13. A Carta de Responsabilidade deve ser obtida conjuntamente com o contrato de prestação de serviços contábeis de que trata a Resolução CFC n.º 987/03 e renovada ao término de cada exercício social.
14. A Carta de Responsabilidade tem por objetivo salvaguardar o profissional da Contabilidade no que se refere a sua responsabilidade pela realização da escrituração contábil do período-base encerrado, segregando-a e distinguindo-a das responsabilidades da administração da entidade, sobretudo no que se refere à manutenção dos controles internos e ao acesso às informações.

### **Critérios e procedimentos contábeis**

15. O custo dos estoques deve compreender todos os custos de aquisição, transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques ao seu local e condição de consumo ou venda.
16. O custo dos estoques deve ser calculado considerando os custos individuais dos itens, sempre que possível. Caso não seja possível, o custo dos estoques deve ser calculado por meio do uso do método “Primeiro que Entra, Primeiro que Sai” (PEPS) ou o método do custo médio ponderado. A escolha entre o PEPS e o custo médio ponderado é uma política contábil definida pela entidade e, portanto, esta deve ser aplicada consistentemente entre os períodos.
17. Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Para estoques de produtos acabados, o valor realizável líquido corresponde ao valor estimado do preço de venda no curso normal dos negócios menos as despesas necessárias estimadas para a realização da venda. Para estoques de produtos em elaboração, o valor realizável líquido corresponde ao valor estimado do preço de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados para o término de sua produção e as despesas necessárias estimadas para a realização da venda.
18. Um item do ativo imobilizado deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo. O custo do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, incluindo impostos de importação e tributos não recuperáveis, além de quaisquer gastos incorridos diretamente atribuíveis ao esforço de trazê-lo para sua condição de operação. Quaisquer descontos ou abatimentos sobre o valor de aquisição devem ser deduzidos do custo do imobilizado.

19. O valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo imobilizado deve ser alocado ao resultado do período de uso, de modo uniforme ao longo de sua vida útil. É recomendável a adoção do método linear para cálculo da depreciação do imobilizado, por ser o método mais simples.
20. Se um item do ativo imobilizado apresentar evidências de desvalorização, passando a ser improvável que gerará benefícios econômicos futuros ao longo de sua vida útil, o seu valor contábil deve ser reduzido ao valor recuperável, mediante o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade (*impairment*).
21. São exemplos de indicadores da redução do valor recuperável, que requerem o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade:
  - (a) declínio significativo no valor de mercado;
  - (b) obsolescência;
  - (c) quebra.
22. Terreno geralmente possui vida útil indefinida e, portanto, não deve ser depreciado. Edificação possui vida útil limitada e, portanto, deve ser depreciado.
23. As receitas de venda de produtos, mercadorias e serviços da entidade devem ser apresentadas líquidas dos tributos sobre produtos, mercadorias e serviços, bem como dos abatimentos e devoluções, conforme exemplificado no Anexo 3 desta Interpretação.
24. A receita de prestação de serviço deve ser reconhecida na proporção em que o serviço for prestado.
25. Quando houver incerteza sobre o recebimento de valor a receber de clientes, deve ser feita uma estimativa da perda. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa deve ser reconhecida no resultado do período, com redução do valor a receber de clientes por meio de conta retificadora denominada “perda estimada com créditos de liquidação duvidosa”.

### **Demonstrações contábeis**

26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.

27. A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.
28. As Demonstrações Contábeis devem ser identificadas, no mínimo, com as seguintes informações:
  - (a) a denominação da entidade;
  - (b) a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto; e
  - (c) a apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna e na segunda, dos valores do período anterior.
29. No Balanço Patrimonial, a entidade deve classificar os ativos como Ativo Circulante e Não Circulante e os passivos como Passivo Circulante e Não Circulante.
30. O Ativo deve ser classificado como Ativo Circulante quando se espera que seja realizado até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional.
31. Todos os outros ativos devem ser classificados como Ativo Não Circulante.
32. O Passivo deve ser classificado como Passivo Circulante quando se espera que seja exigido até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional.
33. Todos os outros passivos devem ser classificados como Passivo Não Circulante.
34. No mínimo, o Balanço Patrimonial deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Anexo 2 desta Interpretação.
35. No mínimo, a Demonstração do Resultado deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Anexo 3 desta Interpretação.
36. Itens adicionais, nomes de grupos e subtotais devem ser apresentados no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado se forem relevantes e materiais para a entidade.
37. As despesas com tributos sobre o lucro devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do período.
38. Quaisquer ganhos ou perdas, quando significativos, por serem eventuais e não decorrerem da atividade principal e acessória da entidade, devem ser evidenciados na Demonstração do Resultado separadamente das demais receitas, despesas e custos do período.
39. No mínimo, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir:

- (a) declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação;
- (b) descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades;
- (c) referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis;
- (d) descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade;
- (e) descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e
- (f) qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis.

### **Plano de contas simplificado**

40. O Plano de Contas, mesmo que simplificado, deve ser elaborado considerando-se as especificidades e natureza das operações realizadas, bem como deve contemplar as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.
41. O Plano de Contas Simplificado, apresentado no Anexo4 desta Interpretação, deve conter, no mínimo, 4 (quatro) níveis, conforme segue:
- Nível 1: Ativo; Passivo e Patrimônio Líquido; e  
Receitas, Custos e Despesas (Contas de Resultado).
- Nível 2: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.  
Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.  
Receitas de Venda, Outras Receitas Operacionais, Custos e Despesas Operacionais.
- Nível 3: Contas sintéticas que representam o somatório das contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Caixa e Equivalentes de Caixa.
- Nível 4: Contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Bancos Conta Movimento.
42. Uma exemplificação dos 4 (quatro) níveis descritos no item 41 é a seguinte:
- Nível 1 – Ativo  
Nível 2 – Ativo Circulante  
Nível 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa  
Nível 4 – Bancos Conta Movimento

**ANEXO 1****CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

Local e data

À

EMPRESA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS XYZ

CRC n.º XX:

Endereço:

Cidade e Estado CEP

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa <<DENOMINAÇÃO SOCIAL>>, CNPJ xxxxxxxx, que as informações relativas ao período base <<xx.xx.xx>>, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em <<ANO BASE>>;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado <<SISTEMA EM USO>>, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....

Administrador da Empresa ABC  
Representante Legal

## ANEXO 2

**BALANÇO PATRIMONIAL**

em 31.12.x1 e 31.12.x0

Expresso em R\$

	31.12.X1	31.12.X0		31.12.X1	31.12.X0
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a Pagar		
			Provisões		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Contas a Receber			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucros		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL</b>			<b>TOTAL</b>		

## ANEXO 3

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

em 31.12.x1 e 31.12.x0

Expresso em R\$

	31.12.x1	31.12.x0
<b>VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS</b>		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
<b>= RECEITA</b>		
<b>(-) CUSTO DAS VENDAS</b>		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
<b>= LUCRO BRUTO</b>		
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
<b>= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
<b>= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS</b>		

<b>SOBRE O LUCRO</b>		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
<b>= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		

(\*) As entidades que estão enquadradas no Simples Nacional devem evidenciar os tributos na linha “Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções”. Neste caso, devem desconsiderar essas contas.

## ANEXO 4

## PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO

Código	Descrição das Contas
<b>1</b>	<b>ATIVO</b>
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa
1.1.1.01	Caixa
1.1.1.02	Bancos Conta Movimento
1.1.2	Contas a Receber
1.1.2.01	Clientes
1.1.2.02	(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.3	Estoque
1.1.3.01	Mercadorias
1.1.3.02	Produtos Acabados
1.1.3.03	Insumos
1.1.4	Outros Créditos
1.1.4.01	Títulos a Receber
1.1.4.02	Impostos a Recuperar
1.1.4.03	Outros Valores a Receber
1.3	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.3.1	Realizável a Longo Prazo
1.3.1.01	Contas a Receber
1.3.1.02	(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

1.3.2	Investimentos
1.3.2.01	Participações Societárias
1.3.2.02	Outros Investimentos
1.3.3	Imobilizado
1.3.3.01	Terrenos
1.3.3.02	Edificações
1.3.3.03	Máquinas e Equipamentos
1.3.3.04	Veículos
1.3.3.05	Móveis e Utensílios
1.3.3.06	(-) Depreciação Acumulada
1.3.4	Intangível
1.3.4.01	<i>Softwares</i>
1.3.4.02	(-) Amortização Acumulada
<b>2</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
2.1	PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1	Fornecedores Nacionais
2.1.1.01	Fornecedor
2.1.2	Empréstimos e Financiamentos
2.1.2.01	Empréstimos Bancários
2.1.2.02	Financiamentos
2.1.3	Obrigações Fiscais
2.1.3.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.3.02	ICMS a Recolher
2.1.3.03	ISSQN a Recolher
2.1.4	Obrigações Trabalhistas e Sociais

2.1.4.01	Salários a Pagar
2.1.4.02	FGTS a Recolher
2.1.4.03	INSS dos Segurados a Recolher
2.1.5	Contas a Pagar
2.1.5.01	Telefone a Pagar
2.1.5.02	Energia a Pagar
2.1.5.03	Aluguel a Pagar
2.1.6	Provisões
2.1.6.01	Provisão de Férias
2.1.6.02	Provisão de 13º Salário
2.1.6.03	Provisão de Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário
2.2	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>
2.2.1	Financiamentos
2.2.1.01	Financiamentos Banco A
2.2.2	Outras Contas a Pagar
2.2.2.01	Empréstimos de Sócios
2.3	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
2.3.1	Capital Social
2.3.1.01	Capital Subscrito
2.3.1.02	(-) Capital a Integralizar
2.3.2	Reservas
2.3.2.01	Reservas de Capital
2.3.2.02	Reservas de Lucros
2.3.3	Lucros/Prejuízos Acumulados

2.3.3.01	Lucros Acumulados
2.3.3.02	(-) Prejuízos Acumulados
<b>3</b>	<b>RECEITAS, CUSTOS E DESPEAS (CONTAS DE RESULTADO)</b>
3.1	RECEITAS
3.1.1	Receitas de Venda
3.1.1.01	Venda de Produtos
3.1.1.02	Venda de Mercadorias
3.1.1.03	Venda de Serviços
3.1.1.04	(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções
3.1.2	Receitas Financeiras
3.1.2.01	Receitas de Aplicações Financeiras
3.1.2.02	Juros Ativos
3.1.3	Outras Receitas Operacionais
3.1.3.01	Receitas de Venda de Imobilizado
3.1.3.02	Receitas de Venda de Investimentos
3.1.3.03	Outras Receitas
3.2	CUSTOS E DESPESAS
3.2.1	Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos
3.2.1.01	Custos dos Insumos
3.2.1.02	Custos da Mão de Obra
3.2.1.03	Outros Custos
3.2.2	Despesas Operacionais
3.2.2.01	Despesas Administrativas
3.2.2.02	Despesas com Vendas
3.2.2.03	Outras Despesas Gerais

3.2.3	Despesas Financeiras
3.2.3.01	Juros Passivos
3.2.3.02	Outras Despesas Financeiras
3.2.4	Outras Despesas Operacionais
3.2.4.01	Despesas com Baixa de Imobilizado
3.2.4.02	Despesas com Baixa de Investimentos
3.2.4.03	Outras Despesas